

### **Ata nº 100 / XIII / 3.<sup>a</sup> SL**

Aos vinte e cinco dias dezassete dias do mês de outubro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

#### **Ordem do Dia (OD):**

1. Informações gerais
2. Apreciação e votação da [Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018.
  - Deputado autor do parecer: Paulo Pisco - PS
3. Apreciação e votação da [Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.<sup>a</sup>](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2018
  - Deputado autor do parecer: José Cesário - PSD
4. Apreciação e votação da [Proposta de Resolução n.º 55/XIII/2.<sup>a</sup>](#) Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos em matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa a 20 de abril de 2015
  - Deputada autora do parecer: Maria Manuel Rola - BE
5. Aprovação de atas:

Ata n.º 98 de 17 de outubro de 2017 (Mesa e Coordenadores)  
Ata n.º 99 de 17 de outubro de 2017
6. Outros assuntos.

---

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, tendo começado por prestar, englobadas no Ponto 1. da OD, as seguintes informações:

- Como havia já sido informado pelos Serviços, foi recebida a proposta do MNE relativa às datas para realização das audições regimentais com o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros. Da confrontação entre as datas propostas pela Comissão e as contrapropostas apresentadas pelo MNE, sintetizadas no quadro abaixo.

<b>Audições Regimentais</b> 3.ª SL da XIII Leg (104.º/2 do RAR)		
	<b>CNECP</b>	<b>MNE</b>
1.ª	Orçamento de Estado 15 de novembro	Orçamento de Estado 15 de novembro
2.ª	<b>Fevereiro</b> , dias 20 ou 27 (tarde)	<b>Fevereiro</b> , <u>dia 6 (3.ª feira)</u> , 15 horas
3.ª	<b>Abril</b> , dias 10 ou 17 (tarde)	<b>Mai</b> o, <u>dia 15 (3.ª feira)</u> , 15 horas
4.ª	<b>Junho</b> , dias 19 ou 26 (tarde)	<b>Julho</b> , <u>dia 4, (4.ª feira)</u> , 15 horas

De onde resultou a aceitação por unanimidade das propostas formuladas pelo Ministério, com exceção da última audição (4 de julho), tendo igualmente por unanimidade sido deliberado notificar o Gabinete do Senhor Ministro, de forma a que viesse a encontrar-se data alternativa, preferencialmente uma terça-feira, por ser o dia regimentalmente dedicado às sessões da Comissão.

- Baixou à CNECP o [Projeto de Resolução 1081/XIII/3.ª](#) da iniciativa do PCP, que Recomenda ao Governo que submeta à aprovação da Assembleia da República para ratificação o Tratado de Proibição das Armas Nucleares adotado pela Organização das Nações Unidas em 7 de julho de 2017. Informou o Grupo Parlamentar do PCP que a sua discussão decorrerá em Plenário.
- No seguimento da apreciação ocorrida na anterior sessão, e uma vez distribuída a versão final aprovada pelas três Comissões Parlamentares envolvidas, foi submetido a votação o Relatório da deslocação à Conferência Interparlamentar PESC-PCSD, que teve lugar nos dias 7 a 9 de setembro em Talin, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

- Foi apresentado projeto de **Parecer da CNECP sobre a cedência de instalações para evento a ocorrer** por iniciativa da Plataforma Portuguesa das ONGD, no Auditório António Almeida Santos da Assembleia da República, a 28 de Novembro, entre as 9h e as 13h, visando a apresentação de um Relatório de monitorização da atuação da Cooperação Portuguesa. Não tendo o mesmo suscitado quaisquer dúvidas e uma vez submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.
- Em vista da participação em Bruxelas, a 21 de novembro, numa reunião interparlamentar sobre desenvolvimento sustentável, foi avaliado o interesse e disponibilidade de a CNECP se fazer representar na mesma, conjuntamente com a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (11.<sup>a</sup>), não existindo ainda, da parte desta última Comissão, informações sobre quem a representará na mencionada reunião.  
Neste seguimento, colocou o Senhor Presidente à consideração o interesse em participar e, na afirmativa, quem deveria representar a CNECP nesta reunião.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para referir dever ser o Presidente, em primeira linha, a decidir da sua ida e, na negativa, auscultando os Vice-presidentes da Comissão.

Concordou o Senhor **Presidente** com a proposta, tendo os Serviços ficado instruídos para proceder em conformidade.

Relativamente ao **Ponto 2** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para apresentação do seu Relatório sobre a Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano para 2018. Feita uma introdução sumária, enfatizou o teor da opinião que aduziu no seu Relatório, tendo começado por identificar uma linha de continuidade e coerência com as ações e prioridades definidas no ano anterior, e assinalado a assunção pelo Governo de áreas relevantes como a do alargamento da plataforma continental portuguesa, com plena jurisdição soberana; o aprofundamento das relações com o México, Argentina, China e Índia; o reforço da “cooperação triangular” e delegada; e ainda a relevância da intenção em reforçar o ensino do português no estrangeiro, também, nos leitorados e nas cátedras. Realçou, também, a intenção do Governo em Reino Unido e na Venezuela, dadas as implicações que o BREXIT e a instabilidade sociopolítica, respetivamente, poderão vir a ter junto das comunidades portuguesas. Concluiu reunir o presente Relatório todas as condições para que, uma vez

aprovado, possa ser remetido à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, para os efeitos legal e regimentalmente aplicáveis.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, tendo começado por felicitar o Deputado autor pelo trabalho efetuado, que é factual e com opinião bastante objetiva. Na sua intervenção, relevou dois aspetos: a assunção de que o incremento na cooperação é fruto de contribuições da União Europeia, como sejam as cooperações delegada e triangular e, por outro lado, o abandono do conceito do português como língua materna, adotando em seu lugar o de língua de herança, mais consentâneo com a modernidade.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade doas Deputados presentes.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para apresentação do seu Relatório sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018, tendo revisitado alguns dos pontos que considerou mais relevantes da Proposta de Lei em apreço. Na opinião que formulou, referiu não ser exequível comparar a execução do Orçamento de 2017 com o ora proposto, por se desconhecer em concreto o volume das cativações. Depois, para reforçar a ideia de que grande parte das verbas disponibilizadas no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros ser oriunda da União. Finalmente, aceitou ter de dar como boa a posição do Governo ao referir possuir meios financeiros para conferir execução ao Orçamento, motivo que leva o PSD a reservar análise mais aprofundada para o momento da discussão na especialidade.

Interveio o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) para saudar o Autor deste Relatório, bem como o do Relatório anteriormente apresentado. Relembrou que com a obrigatoriedade da inscrição comparativa com 2017, constante da Proposta sob análise, o Parlamento passou a ter uma nova ferramenta que permite maior capacidade de análise de estimativa quanto à execução prevista para 2018, inscrição esta que ficou a dever-se à exigência do PCP. Teme, porém, e segundo referiu, que a leitura do Autor relativamente às despesas com pessoal venha a materializar-se. Terminou, remetendo para a apreciação em sede de especialidade uma análise mais fina da Proposta de Orçamento.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que começou por agradecer e felicitar o Autor pelo trabalho que efetuou, factual e objetivo. Porém e no que à componente subjetiva diz respeito, assinalou que os dados constantes da Proposta podem ter leituras diferentes, consoante a perspetiva com que seja olhada, além de que o aumento do “consolidado” que tem vindo a ocorrer nos últimos anos, a despesa com pessoal ascenderá a cerca de quatro milhões de euros, facto que quis deixar bem assinalado, precisamente por constituir uma inversão na prática do anterior Governo.

Interveio a Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** para agradecer o trabalho realizado pelos Deputados autores de ambos os Relatórios, tendo referido que o BE remeterá para a discussão na especialidade a apresentação da sua posição política.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que deu razão ao comentário formulado pelo PCP, não podendo, porém, deixar de exprimir a sua opinião acerca do modo como tal comparação deveria ser feita, pois o grau de execução apenas pode ser comparado com idêntico dado referente ao ano seguinte, o mesmo se passando com a comparação entre orçamentos, pese embora saiba possuir o PCP dados objetivos que o PSD não possui, decorrentes das negociações orçamentais em que aquele partido participa. É, contudo, uma questão relevante e uma mais-valia para a presente discussão. Referiu, ainda, que o modelo anterior de discussão das Propostas de Orçamento era mais rico, permitindo outro tipo de análise, mais profunda, de onde resulta para o PSD a dúvida sobre se a Proposta é suficiente e adequada às finalidades que pretende prosseguir.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, seguindo-se a sua remessa à Comissão Parlamentar competente.

Transitados para o **Ponto 4.** da OD, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** para apresentação do seu Parecer acerca da Proposta de Acordo de cooperação entre Portugal e Marrocos. Depois de ter enquadrado o âmbito e objetivos deste Acordo, recordou a Autora, em análise, que o presente Acordo sucedeu à XII Cimeira Luso-Marroquina, realizada no dia 20 de abril de 2015, em Lisboa, visando o reforço da cooperação

técnica, em domínios fundamentais como a prevenção e combate à criminalidade, a gestão de fluxos migratórios, o combate à migração ilegal e ao tráfico de seres humanos, bem como a proteção civil ou a prevenção e a segurança rodoviárias, justificado, também, pelos laços de proximidade existentes entre ambos os países, na esteira do relacionamento instituído pelo Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, celebrado em maio de 1994, então como agora, no respeito pelas convenções internacionais aplicáveis e numa base de respeito mútuo pela plena independência, pela soberania, e pela não ingerência recíproca nos interesses e assuntos internos. Concluiu, referindo que o Acordo reúne condições para ser submetido à discussão e votação em Plenário, sede na qual o BE oportunamente apresentará e motivará a sua posição política.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para felicitar a Autora pelo trabalho realizado, tendo assinalado, em especial, ter-se tratado da primeira peça que apresentou em Comissão, ao qual emprestou, dada a sensibilidade da matéria, o melhor cuidado na sua abordagem, relembrando o quão estratégico é para Portugal o relacionamento com Marrocos.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para fazer suas, na íntegra, as palavras proferidas pelo anterior interveniente.

Interveio o Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** para fazer igualmente suas as palavras proferidas pelos anteriores intervenientes e sublinhar que o PCP discutirá politicamente o tema em Plenário.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade, tendo o Senhor **Presidente da Comissão** agradecido o trabalho produzido por todos os Deputados.

No **Ponto 5**, procedeu-se à leitura dos projetos de Atas números 98 e 99, tendo as mesmas sido aprovadas por maioria dos Deputados presentes, com a abstenção da Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, por, segundo referiu, não ter estado presente na sessão a que a que respeita a Ata n.º 98.

Já no âmbito do **Ponto 6**. Informou o Senhor Presidente que, salvo imperativo urgente e atenta a entrada no período de discussão do Orçamento para 2018, a próxima sessão plenária da Comissão apenas ocorrerá a 21 de novembro.

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e dez minutos.

---

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20171025.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20171025.mp3)

Palácio de S. Bento, 25 de outubro de 2017

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
João Oliveira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Maria Manuel Rola  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Berta Cabral  
Duarte Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves  
Filipe Lobo D' Ávila  
Nuno Magalhães  
Ricardo Baptista Leite

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jamila Madeira  
Sérgio Azevedo

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 21/11/2017.**